

# **O SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA A PARTIR DA LEI Nº 12.529/2011: PRINCIPAIS MUDANÇAS E PRIMEIROS RESULTADOS**

Leonardo Mateus de Moraes Auriglietti<sup>1</sup>  
Robson Luis Mori<sup>2</sup>

## **DEFESA DA CONCORRÊNCIA**

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo central apresentar as principais mudanças promovidas pela Lei nº 12.529/2011 no Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), bem como os seus primeiros resultados. Visando cumpri-lo, o trabalho conta primeiramente com uma breve discussão sobre o desenvolvimento da defesa da concorrência na literatura econômica. No estudo de caso brasileiro, que contempla um breve histórico das políticas de defesa da concorrência no país, as principais mudanças promovidas pela Lei nº 12.529/2011 são observadas por meio de comparação com a Lei nº 8.884/1994 em variáveis consideradas relevantes. Como principais resultados, o trabalho apresenta ganhos significativos do novo sistema em termos de agilidade institucional e eficiência operacional.

**Palavras-chave:** Lei nº 12.529/2011; Defesa da Concorrência; Brasil.

### **ABSTRACT**

The present work has as main focus the main changes promoted in Law No 12.529/2011 in the Brazilian System of Defense of Competition (SBDC), as well as its first results. Aiming at accomplishing this, the paper first deals with a brief discussion on the development of competition defense in the economic literature. In the Brazilian case study, which includes a brief history of antitrust policies in the country, the main changes promoted by Law No 12.529/2011 are observed by means of a comparison with Law No 8.884/94 on variables considered relevant. As main results, the work presents significant gains of the new system in terms of institutional agility and operational efficiency.

**Keywords:** Law No 12.529/2011; Defense of competition; Brazil.

---

1 Mestrando em Teoria Econômica, Programa de Pós-graduação, Universidade Estadual de Maringá (UEM). leonardo\_auriglietti@hotmail.com.

2 Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). rlmori@uem.br.

## **1 INTRODUÇÃO**

As profundas mudanças ocorridas na economia mundial nas últimas décadas com o avanço da globalização produtiva e financeira trouxeram temas como regulação econômica e defesa da concorrência para o centro do debate econômico e das reformas econômicas. No Brasil, em particular, esta discussão se fortaleceu com o movimento de reforma do estado na década de 1990. O resultado prático mais importante deste movimento na área de defesa da concorrência foi a criação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) (Lei nº 8.884/1994).

Em 2011, no entanto, depois de vários anos de discussões no Congresso Nacional Brasileiro, foi aprovada a Lei nº 12.529/2011, que alterou profundamente a configuração estrutural e procedimentos institucionais do SBDC. Dentro deste contexto, o presente trabalho tem como objetivo central apresentar as principais mudanças promovidas pela Lei nº 12.529/2011 na defesa da concorrência brasileira, bem como os seus primeiros resultados.

Para cumprir este objetivo, o presente trabalho conta com cinco seções, além desta introdução e de suas considerações finais. A primeira delas apresenta uma breve discussão sobre o desenvolvimento da defesa da concorrência na literatura econômica. A segunda, trata do método e dos materiais utilizados. A terceira, exibe um breve histórico da defesa da concorrência no Brasil. A quarta, faz um comparativo do SBDC a partir das leis nº 8.884/1994 e nº 12.529/2011 em algumas variáveis consideradas relevantes. Na quinta, são apresentados os principais resultados já alcançados pelo SBDC a partir da Lei nº 12.529/2011.

## **2 A DEFESA DA CONCORRÊNCIA EM DESENVOLVIMENTO: UMA BREVE REVISÃO DE LITERATURA**

O reconhecimento, por diferentes escolas de pensamento econômico (incluindo a escola clássica), de que mesmo mercados altamente competitivos podem apresentar problemas concorrenciais, tornou a defesa da concorrência um dos principais temas de política econômica em muitos países (principalmente os desenvolvidos) desde o século XIX. O principal exemplo disso é o caso norte-americano, destacadamente a partir da publicação da Lei Sherman, em 1890.

A concorrência, como regra de mercado, é vista, neste contexto, como o elemento fundamental para a determinação do nível de competitividade e qualidade dos bens e serviços ofertados pelos empresários no mercado. Na abordagem tradicional, por exemplo, a visão básica é a de que os interesses dos empresários e consumidores, divergentes, podem determinar condições ineficientes de mercado. Esta visão de mercado pode ser observada desde Adam Smith:

O interesse dos empresários é sempre ampliar o mercado e limitar a concorrência. Ampliar o mercado muitas vezes pode ser benéfico para o interesse público, mas limitar a concorrência sempre contraria necessariamente ao interesse público, e só pode servir para possibilitar aos negociantes, pelo aumento de seus lucros acima do que seria natural, cobrar, em seu próprio benefício, uma taxa absurda dos demais concidadãos. A proposta de qualquer nova lei ou regulamento comercial que provenha de sua categoria sempre deve ser examinada com grande precaução e cautela, não devendo nunca ser adotada antes de ser longa e cuidadosamente estudada, não somente com a atenção mais escrupulosa, mas também com a maior desconfiança (SMITH, 1776, p. 273).

Ainda dentro desta visão tradicional de concorrência e mercado, Marshall (1890) aponta a necessidade real de concorrência e faz menção à importância que esta exerce na manutenção da espontaneidade e da energia despendida pelos agentes, buscando seus lucros acima da média. Destaca também que a privação do estímulo à concorrência pode ser danosa a toda a sociedade. O autor também faz alusão aos danos que o produtor pode sofrer no processo concorrencial, mas enaltece o benefício que este processo pode proporcionar ao consumidor. Enfatiza ainda que os comerciantes que notam que seus concorrentes estão ofertando produtos a um preço menor, e, portanto, estão reduzindo o lucro do setor como um todo, se revoltam com o entrante e se sentem desestimulados a ofertar o bem em questão. Porém, para o consumidor, adquirir o mesmo produto a um valor menor lhe concede um excedente em relação ao valor que despenderia em sua aquisição em casos de imperfeições na concorrência.

Para Marshall (1890), o benefício social proveniente da concorrência é importante, já que na maioria das vezes os que estão adquirindo os bens não têm o mesmo nível de poder aquisitivo daqueles que os produzem. Sendo assim, a energia de um novo concorrente pode ser útil para a sociedade como um todo. O autor, no entanto, apresenta um argumento contrário à regulação forçada da concorrência: a concorrência deve ser proveniente das próprias forças de mercado. Segundo ele, caso a concorrência ocorra por meio de um processo forçado, esta poderá criar classes privilegiadas na sociedade, o que impediria a ascensão de indivíduos que estivessem despendendo esforços a fim de prosperar socialmente, capaz de gerar benefícios sociais.

Já na visão de Schumpeter (1912), por sua vez, em uma perspectiva teórica amplamente distinta da tradicional, a concorrência é observada como um processo dinâmico e evolucionário do funcionamento da economia capitalista. Com destaca Possas (2012), a "(...) a concorrência caracteriza-se pela busca permanente de diferenciação por parte dos agentes, por meio de estratégias deliberadas, tendo em vista a obtenção de vantagens competitivas que proporcionam lucros de monopólio, ainda que temporários". Ao contrário dos enfoques clássico e neoclássico, a concorrência em Schumpeter é "(...) um processo (ativo) de criação de espaços e oportunidades econômicas, e não apenas, ou principalmente, um processo (passivo) de ajustamento em direção a um suposto equilíbrio, nem supõe qualquer estado tendencial "normal" ou de equilíbrio".

Dentro desta perspectiva teórica, os comportamentos restritivos à concorrência associados convencionalmente às grandes empresas monopolistas ou oligopolistas fazem parte naturalmente do processo concorrencial, visto por Schumpeter (1912) como de "destruição criativa" das estruturas econômicas preexistentes (Possas, 2012). Desta forma, o papel e o espaço de políticas de defesa da concorrência torna-se ainda mais discutível e complexo do que o observado na abordagem tradicional, uma vez que elas não podem ser vistas como intrinsecamente antagônicas à existência de posições monopolistas ou oligopolistas.

Muitas outras contribuições teóricas da abordagem tradicional ou de abordagens heterodoxas (como a schumpeteriana) foram observadas nas últimas décadas trazendo mais conhecimentos sobre o papel e o espaço que a política de defesa da concorrência deve assumir na atividade econômica. Os principais desenvolvimentos teóricos sobre o tema têm sido observados na área de Organização Industrial, muitas vezes por meio de trabalhos não diretamente ligados ou preocupados com a defesa da concorrência, mas sim com as condições de competição nos mercados. Contribuições clássicas, como as de Bain (1956) e Labini (1956), por exemplo, ajudam a compreender aspectos competitivos principalmente em condições de oligopólio. Já autores ligados à nova economia institucional, como Coase (1937) e Williamson (1975), trazem novos conceitos e interpretações relacionados à eficiência dos mercados (custos de transação, oportunismo, especificidade de ativos, etc.).

Já abordagens heterodoxas, como a neoschumpeteriana (NELSON e WINTER, 1982; DOSI, 1982; FREEMAN, 1982) e a Abordagem Baseada em Recursos (PENROSE, 1959;

CHANDLER, 1962; WERNERFELT, 1984; RUMELT, 1984; DIERICKX E COOL, 1989; BARNEY, 1991), trazem para a discussão do funcionamento dos mercados temas como trajetória tecnológica, ambiente sistêmico para a realização de inovações e estratégias empresariais com base em recursos específicos.

### **3 MÉTODO E MATERIAIS**

A metodologia adotada para este trabalho é de natureza bibliográfica, descritiva e documental, destacando o estudo de caso da reforma do SBDC promovido pela Lei nº 12.529/2011. Os estudos de caso, muito usados na área de ciências sociais aplicadas, são indicados para a investigação de eventos contemporâneos em seu contexto real (YIN, 2014), como é o caso da reforma em questão.

De acordo com Yin (2014), o estudo de caso pode visar testes da teoria existente, apresentar circunstâncias raras ou exclusivas ou um caso típico ou representativo ou que serve a um propósito, que pode ser revelador ou longitudinal. Neste trabalho, em especial, o estudo de caso brasileiro procura, além de apresentar mudanças estruturais e de procedimentos institucionais promovidas pela Lei nº 12.529/2011 na área de defesa da concorrência, "revelar" os principais resultados da reforma do SBDC em relação à variáveis consideradas relevantes.

### **4 A DEFESA DA CONCORRÊNCIA NO BRASIL**

Os primeiros esboços de política de defesa da concorrência no Brasil começaram a ser observados na década de 1930, com a mudança do perfil político brasileiro principalmente para o avanço da industrialização.

Neste contexto, a Constituição Federal promulgada em 1934 já determinava, em seu art. 115, que a ordem econômica deveria ser organizada conforme os princípios da justiça (BRASIL, 1934), dando margem para uma posição mais intervencionista do estado na atividade econômica. Já na Constituição Federal de 1937 foi apresentada, em seu art. 141, a maneira como o país deveria proceder com crimes que atentassem a ordem econômica: “ (...) Os crimes contra a economia popular são equiparados aos crimes contra o Estado, devendo a lei cominar-lhes penas graves e prescrever-lhes processos e julgamentos adequados à sua pronta e segura punição” (BRASIL, 1937).

O Decreto-lei nº 869, de 18 de novembro de 1938, por sua vez, definiu os crimes contra a economia popular no Brasil. Entre eles estavam a destruição, a inutilização ou a retenção de matérias-primas ou produtos necessários ao consumo popular com fins de determinação de preços, participação de prática para impedir ou dificultar a concorrência em matéria de produção, transporte ou comércio, para efeito de aumento arbitrário de lucros, venda de mercadorias abaixo do custo com o fim de impedir a concorrência, provocar a alta ou a baixa de preços, indicar ou fazer afirmações falsas em prospectos ou anúncios ou agir de forma fraudulenta, impor determinado preço de revenda, transgredir tabelas oficiais de preços de mercadorias e cobrar juros superiores à taxa permitida por lei. As penas definidas para os infratores envolviam prisões e multas (BRASIL, 1938).

O desenvolvimento dos negócios privados no Brasil no decorrer da década de 1930 e no início da década de 1940, neste novo contexto econômico e político do país, levou também ao avanço de discussões sobre a repressão ao exercício do poder econômico das empresas em

posição dominante em determinados mercados. O principal resultado disto foi a promulgação, em 1945, do Decreto-lei nº 7.666, mais conhecido como Lei Malaia.

Proposto pelo então Ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, o Decreto dispunha sobre atos contrários à ordem moral e econômica, tendo como base principal a legislação antitruste norte-americana. Além disso, apresentou instrumentos para a criação de uma autoridade de defesa da concorrência para tratar principalmente de casos de fusões/aquisições em alguns setores-chaves da economia, como o alimentício, o de transportes, o bélico, entre outros (BRASIL, 1945).

Para tais fins, o art. 8º da Lei Malaia criou a chamada Comissão Administrativa de Direito Econômico (CADE):

"Não se poderão fundir, incorporar, transformar, agrupar de qualquer modo, ou dissolver, sem prévia autorização da C.A.D.E.:

- a) os estabelecimentos bancários;
- b) as empresas que tenham por objeto a produção ou distribuição de gêneros alimentícios;
- c) as empresas que operem em seguros e capitalização;
- d) as empresas de transportes ferroviário, rodoviário e as de navegação marítima, fluvial ou aérea;
- e) as empresas editoras, jornalísticas, de rádio e tele difusão, de divulgação e publicidade;
- f) as indústrias bélicas, básicas, de interesse nacional e as empresas distribuidoras dos respectivos produtos;
- g) as indústrias químicas, de especialidades farmacêuticas ou de laboratório e de materiais odontológicos;
- h) as indústrias de tecidos e calçados;
- i) as empresas de mineração;
- j) a produção e distribuição de instrumentos de trabalho, de um modo geral;
- k) as empresas de eletricidade, gás, telefone e transportes urbanos e, em geral, os concessionários de serviços de utilidade pública" (Brasil, 1945).

A Lei Malaia não foi bem recebida principalmente pelas empresas estrangeiras instaladas no Brasil, que já estavam submetidas, muitas vezes, a uma vasta regulamentação em seus países de origem, destacadamente as norte-americanas. O descontentamento das multinacionais, além da acusação de intervencionismo e nacionalismo excessivo, fez com que a Lei Malaia fosse revogada ainda em novembro de 1945, juntamente com o fim do Estado Novo da Era Vargas.

Já a nova Constituição Federal de 1946 trouxe, em seu art. 148, a seguinte redação para a repressão ao abuso do poder econômico:

"A lei reprimirá toda e qualquer forma de abuso do poder econômico, inclusive as uniões ou agrupamentos de empresas individuais ou sociais, seja qual for a sua natureza, que tenham por fim dominar os mercados nacionais, eliminar a concorrência e aumentar arbitrariamente os lucros" (BRASIL, 1946).

Dentro deste novo contexto, no início da década de 1950 foram promulgadas duas novas leis de defesa da concorrência revisando o disposto no Decreto-Lei nº 869/1938: Leis nº 1.521 e nº 1.522, de 26 de dezembro de 1951. A primeira aprimorou e aumentou o escopo de intervenção estatal na defesa da concorrência fornecido pelo Decreto-Lei nº 869/1938, atribuindo destaque às questões judiciais. Já a segunda tratava da intervenção do governo federal no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos populares (BRASIL, 1951; 1952).

Em 1962, após uma longa tramitação no Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 122, de 1948, foi promulgada a Lei nº 4.137/1962, que resgatou e aprimorou assuntos tratados na

Lei Malaia e criou o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Entre as atribuições da nova instituição estavam a investigação de potenciais ameaças à ordem econômica e a repressão a qualquer ato que colocasse em risco a liberdade concorrencial (todos os atos que poderiam ser lesivos à concorrência deveriam ser submetidos à prévia aprovação do órgão).

Dos anos iniciais de atuação do CADE até o início da década de 1980 o órgão se mostrou pouco expressivo, o que se deve principalmente a fatores políticos e econômicos relacionados ao período, como a ditadura militar, políticas que favoreceram a concentração de mercado, etc. Em outras palavras, o ambiente político e o ambiente desenvolvimentista proposto pela política até o final da década de 1970, com notável destaque para a formação de grandes corporações, em parte decorrente de fusões e aquisições, bem como a criação e/ou expansão de estatais (em setores como energia elétrica, telecomunicações e petróleo), com ênfase na substituição de importações, levou a perda de importância da política de defesa da concorrência brasileira. Nos dez primeiros anos de existência do CADE, por exemplo, o órgão havia julgado menos de dez casos. Além disso, grande parte desses casos foi anulada pelo Poder Judiciário (FORGIONI, 2010).

Com a crise econômica da década de 1980, o fim do regime militar e a abertura econômica realizada no Brasil principalmente a partir do início da década de 1990, as discussões sobre a relevância das políticas de defesa da concorrência no cenário nacional voltaram à tona. A Constituição Federal de 1988 lançou os alicerces para uma nova política de defesa da concorrência no país, observados nos artigos nº 170 e nº 173, que prezam, respectivamente, pela importância da livre iniciativa na economia e do trabalho humano e pela repressão ao abuso do poder econômico:

A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- I - soberania nacional;
- II - propriedade privada;
- III - função social da propriedade;
- IV - livre concorrência;
- V - defesa do consumidor;
- VI - defesa do meio ambiente;
- VII - redução das desigualdades regionais e sociais;
- VIII - busca do pleno emprego;
- IX - tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte.

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei (BRASIL, 1988).

§ 4º A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros (BRASIL, 1988).

No governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) foram criados três dispositivos legais visando estimular o desenvolvimento da defesa da concorrência no Brasil. O primeiro estava presente no Decreto nº 99.244/1990, que tratou da reorganização e do funcionamento dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Na área da defesa da concorrência, o Decreto providenciou a criação da Secretaria Nacional de Direito Econômico (SNDE), órgão responsável por dar suporte ao CADE na apuração de casos de abuso ao poder econômico e no zelo pelos direitos do consumidor (BRASIL, 1990a). O segundo foi a Lei nº 8.137/1990, que tratou da ordem tributária e econômica e das relações de consumo, definindo seus crimes. Já o

terceiro foi a Lei nº 8.158/1991, que instituiu normas da Defesa da Concorrência no Brasil (atuação da SNDE e do CADE) (BRASIL, 1990b; 1991).

A grande mudança na área de defesa da concorrência brasileira, no entanto, veio com a promulgação da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que dispôs sobre as ações preventivas e repressivas às infrações contra a ordem econômica e transformou o CADE em uma autarquia independente vinculada ao Ministério da Justiça. A lei ainda regulamentou de forma consistente as práticas anticompetitivas e os processos de atos de concentração (BRASIL, 1994).

A Lei nº 8.884/1994 embasou o chamado Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), composto por três órgãos principais: CADE, SDE (antiga SNDE), e SEAE (Secretaria de Acompanhamento Econômico). Foi reservado ao CADE as funções de julgar os processos instaurados pela SDE, repassando à sua Procuradoria as sanções que deveriam ser aplicadas. O CADE contaria, nesta tarefa, com o auxílio do Ministério Público Federal (MPF) (BRASIL, 1994).

À SDE foram incumbidas as funções de zelo e acompanhamento de posições exercidas por empresas em mercados relevantes de bens e serviços, além da responsabilidade pela instauração de processos na busca pela apuração e repressão de crimes contra a ordem econômica (em casos de configuração de violação, os processos deveriam ser julgados pelo CADE). Já a SEAE, criada pela Medida Provisória nº 813, passou a ter como principal atribuição a instauração de processos, visando a submissão destes ao CADE, com foco na apresentação de pareceres econômicos capazes de dar suporte aos julgamentos (BRASIL, 1994).

Em 2000, a promulgação da Lei nº 10.149 realizou alguns ajustes no SBDC, com destaque para a adoção do acordo de leniência, cujo principal objetivo foi aumentar a capacidade investigativa das instituições do sistema. Estes acordos têm em vista a colaboração dos envolvidos em algum ilícito para informações que levem à obtenção de provas e/ou à identificação de co-autores de infrações, ofertando ao agente colaborador, em troca, a redução ou até mesmo a extinção de sua pena (BRASIL, 2000).

Apesar destes ajustes e do desenvolvimento institucional dos órgãos envolvidos, o SBDC mostrava claramente, nos anos 2000, que a configuração institucional precisava ser revista, principalmente para aumentar a agilidade dos processos. Neste contexto, foi apresentado, em 2005, o Projeto de Lei nº 5.877, que propunha a unificação dos órgãos do SBDC, a obrigatoriedade da apresentação prévia dos atos de concentração ao(s) órgão(s) de defesa da concorrência antes da consumação da fusão ou aquisição, entre outras medidas (BRASIL, 2005).

Influenciado pelas discussões realizadas no Fórum Global da Concorrência de Paris, no qual mais de 80 líderes de órgãos de defesa da concorrência nacionais apresentaram possíveis revisões em práticas antitruste, o Projeto de Lei nº 5.877 foi aprovado e sancionado pela então Presidente Dilma Rousseff, dando origem à Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que estabeleceu o novo marco regulatório do direito concorrencial brasileiro (BRASIL, 2011).

## **5 AS MUDANÇAS PROMOVIDAS PELA LEI Nº 12.529/2011 NO SBDC**

As mudanças promovidas pela Lei nº 12.529/2011 no SBDC envolveram tanto a configuração institucional do sistema, quanto normas de procedimentos das instituições envolvidas. No âmbito da configuração institucional, a lei simplificou o sistema, extinguindo a SDE e redefinindo o papel da SEAE (que tornou-se mais reduzido). O SBDC passou a contar, assim, com apenas dois órgãos diretos: CADE e SEAE.

O CADE, que continuou como uma autarquia independente ligada ao Ministério da Justiça, passou a desempenhar uma função mais ampla, absorvendo atribuições da SDE. Para isto, foi criado um novo departamento na instituição: o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, que posteriormente foi transformado na Secretaria Nacional do Consumidor, sendo vinculada ao Ministério da Justiça, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor. Já a SEAE assumiu uma nova função, atuando como uma advocacia da concorrência e sendo difusora dos benefícios provenientes da Defesa da Concorrência para a sociedade.

Em sua nova estruturação, o CADE recebeu a seguinte formatação (art. 5º, da Lei 12.529/2011):

- Tribunal Administrativo de Defesa Econômica: composto por seis conselheiros e um presidente, com as atribuições de julgamento de processos administrativos de condutas anticompetitivas, assim como também de julgamento de atos de concentração com recomendações de restrição ou reprovação. É responsável pela análise de atos que tiveram recursos interpostos por terceiros contra as decisões tomadas, entre outras atribuições;
- Superintendência-Geral (SG): comandada por um superintendente-geral, com mandato de dois anos, ou por dois superintendentes-adjuntos, indicados pelo superintendente-geral. A SG tem por objetivo instruir, instaurar e apresentar pareceres nos processos de condutas anticompetitivas, e também em casos de atos de concentração. Também é de seu escopo de atuação a proposição de acordos e medidas preventivas. Quando é emitido parecer, por parte da Superintendência, favorável ao ato de concentração, sem restrições e oposição dos conselheiros, considera-se que a decisão tomada pelo CADE é pela aprovação. Já em casos de aprovação com restrições ou reprovação, considera-se o parecer da SG como de caráter optativo, sendo que a decisão cabe ao Tribunal Administrativo;
- Departamento de Estudos Econômicos (DEE): criado em 2009, por meio da Resolução CADE nº 53/2009<sup>3</sup>, é considerado um órgão de assessoria do Presidente e do Plenário do CADE. Suas atribuições se dividem em dois ramos: assessorar a SG e o Tribunal Administrativo, instruindo e analisando processos que tratam de atos de concentração e condutas anticompetitivas; e manter estudos econômicos que garantam a atualização técnica e científica do CADE. Entre as principais atividades atribuídas ao DEE estão a elaboração e análise de pareceres econômicos, acompanhamento e instrução de processos, realização de estudos setoriais de mercados específicos e disseminação do conhecimento da Ciência Econômica para o corpo técnico do CADE.

No que tange aos mandatos da presidência e dos conselheiros, a Lei nº 12.529/2011 manteve a forma de seleção e eleição previamente existente (indicado pelo Presidente da República e aprovado pelo Senado Federal), porém, alterou o período do mandato, que passou de 2 anos (com uma possível recondução), para 4 anos, sem recondução, a fim de proporcionar maior estabilidade às decisões da instituição (BRASIL, 2011).

Em termos de quórum, o § 1º, do art. 9º, da Lei nº 12.529/2011, definiu que as decisões do CADE seriam tomadas por maioria, com presença mínima de quatro membros, sendo o *quórum* de deliberação mínimo de três membros. Ou seja, com um quórum de deliberação mínimo de três membros, seria possível a realização de um julgamento com apenas dois votos de conselheiros (BRASIL, 2011).

Com relação à análise dos atos de concentração, a Lei nº 12.529/2011 alterou a forma de apresentação dos atos ao CADE, que deixou de ser *a posteriori* e tornou-se *a priori*. Cabe ressaltar aqui que a Lei nº 8884/1994 havia definido que os atos de concentração poderiam ser apresentados ao CADE previamente ou até 15 dias após a realização do mesmo (o Brasil era um dos poucos países do mundo a ainda utilizar a forma de julgamento *ex-post*). Como a maioria dos atos eram julgados pela instituição após a operação ter sido realizada e o mercado

---

<sup>3</sup> Dispõe da criação do Departamento de Estudos Econômicos.

relevante já ter sofrido impactos da fusão, decisões negativas do CADE em relação aos atos poderiam gerar implicações negativas desnecessárias ao mercado. Desta forma, a Lei nº 12.529/2011 procurou oferecer maior segurança jurídica ao sistema, exigindo análise prévia de todos os atos de concentração (BRASIL, 2011).

A Lei nº 12.529/2011 definiu ainda que o CADE teria um prazo de 240 dias para analisar e apresentar parecer favorável ou contrário à aprovação do ato de concentração a ser julgado, que poderia ser prorrogado por mais 60 dias caso as partes apresentassem recurso ou por 90 dias caso houvesse justificativa fundamentada do Tribunal Administrativo. Sendo assim, o prazo máximo para julgamento do CADE passou a ser de 330 dias. Todas essas medidas resultariam em processos bem mais céleres do que os observados anteriormente à lei.

Ainda em relação aos atos de concentração, ficou definido, conforme o *caput* do art. 88 da Lei nº 12.529/2011, que deveriam ser submetidos ao CADE atos de concentração que envolvessem de um lado empresa com faturamento anual bruto, do ano anterior à apresentação da operação, maior ou igual a R\$ 400 milhões, e, do outro, empresa com faturamento anual bruto maior ou igual a R\$ 30 milhões (BRASIL, 2011). Um ajuste desses valores foi realizado pela Portaria Interministerial nº 994/2012 (BRASIL, 2012). Ficou definido, a partir de então, um faturamento anual bruto da primeira empresa igual ou superior a R\$ 750 milhões e da segunda empresa igual ou superior a R\$ 75 milhões. A lei determinou ainda que mesmo atos de concentração não passíveis de análise *a priori* pelo CADE poderiam ser submetidos à análise *a posteriori*, podendo ser reprovado.

Em termos de multas a serem aplicadas pelos ilícitos concorrenciais, a Lei nº 12.529/2011 definiu o seguinte:

- para a empresa, aplicação de multa de 0,1% a 20% do valor do faturamento bruto da empresa, grupo ou conglomerado, referente ao exercício anterior ao período da infração cometida, no ramo em que o ilícito foi cometido, sendo não inferior à vantagem auferida pelo crime, quando possível de sua estimação. A Lei nº 8884/1994 previa multa que poderia variar de 1% a 30% do valor do faturamento anual bruto da empresa, em seu último exercício;
- no caso de demais pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, bem como quaisquer associações constituídas de fato ou de direito, com ou sem personalidade jurídica, que não exerçam atividade empresarial, aplicação de multas entre R\$ 50 mil e R\$ 2 bilhões;
- quanto ao administrador de forma direta ou indireta, que se caracterize responsável pelo crime econômico, aplicação de multa de 1% a 20% da multa aplicada à empresa.

As principais mudanças promovidas pela Lei nº 12.529/2011, comparadas com a Lei nº 8.884/1994, são apresentadas no Quadro 1.

**Quadro 1 - Principais mudanças promovidas pela Lei nº 12.529/2011, comparadas com a Lei nº 8.884/1994**

Variáveis	Lei nº 8.884/1994	Lei nº 12.529/2011
<b>Formatação do Sistema de Defesa da Concorrência</b>	Constituído inicialmente pelo CADE e pela SDE, e posteriormente complementado, por meio da Medida Provisória nº 813/1995, pela SEAE, ficando esta estrutura consensualmente conhecida por SBDC (Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência).	Formaliza o termo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, revogando integralmente os dispositivos da Lei nº 8.884/1994, e reestrutura o SBDC, agora constituído pela SEAE e pelo CADE, principal órgão antitruste brasileiro, sendo que a SDE foi incorporada por este último.
<b>Reestruturação do CADE</b>	O CADE é composto basicamente pelo plenário, com apoio de uma Procuradoria.	O CADE passa por uma reestruturação de acordo com o art. 5º da lei, sendo dividido em três órgãos: (i) Tribunal Administrativo de Defesa Econômica; (ii) Superintendência Geral e (iii) Departamento de

		Estudos Econômicos. Há ainda uma Procuradoria Federal Especializada para apoiar o CADE.
<b>Composição, Mandatos do Presidente e Conselheiros</b>	O Plenário do CADE é composto por um presidente e seis conselheiros, com mandatos de dois anos, podendo ser reconduzidos por igual período.	O Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, do qual o Plenário faz parte, é composto por um presidente e seis conselheiros, sendo o mandato destes de quatro anos, não coincidentes, vedada a recondução.
<b>Penas às infrações cometidas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Para a empresa, multa de 30% do faturamento bruto de seu último exercício, nunca sendo inferior à vantagem auferida, quando quantificável;</li> <li>- No caso das demais pessoas físicas ou jurídicas que não exerçam atividade empresarial, a multa é de 6 mil a 6 milhões de Ufirs;</li> <li>- Para o administrador, a multa é de 10% a 50% da aplicável à empresa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Para a empresa, multa de 0,1% à 20% do faturamento bruto da empresa, grupo, ou conglomerado, obtido no último exercício anterior da instauração do processo administrativo, nunca sendo inferior à vantagem auferida, quando quantificável;</li> <li>- No caso das demais pessoas físicas ou jurídicas que não exerçam atividade empresarial, a multa é entre R\$ 50 mil e R\$ 2 bilhões. Para o administrador, a multa é de 1% a 20% da aplicada à empresa.</li> </ul>
<b>Controle dos Atos de Concentração</b>	Os Atos de Concentração deverão ser apresentados às autoridades competentes previamente ou no prazo de quinze dias após a sua realização.	Os Atos de Concentração deverão ser apresentados previamente, tendo 240 dias para serem analisados, a contar da data de protocolo da petição, podendo ser consumados apenas após a apreciação do CADE.
<b>Enquadramento dos Atos de Concentração</b>	Caracteriza-se Ato de Concentração, que deverá ser apreciado pelo CADE, aqueles nos quais a fusão ou incorporação de empresas, constituição de sociedade para controle de empresas ou qualquer forma de agrupamento societário que implique participação de empresas ou de grupos de empresas, resultem em 20% de mercado relevante, ou em que uma das partes tenha registrado faturamento bruto anual no último balanço equivalente a R\$ 400 milhões (Redação dada pela Lei nº 10.149/2000).	A Lei não prevê um percentual pré-definido de mercado relevante das empresas envolvidas na operação para que esta seja submetida à apreciação pelo CADE. A Lei prevê que serão submetidos os casos nos quais pelo menos um dos grupos envolvidos na operação tenha registrado, no último balanço, faturamento bruto anual ou volume de negócios no país equivalente ou superior a R\$ 400 milhões, sendo que o outro grupo envolvido na operação deverá ter registrado faturamento bruto anual, sob as mesmas condições, de R\$ 30 milhões. Estes valores foram alterados pela Portaria Interministerial nº 994/2012, nos quais os valores citados passaram a ser de R\$ 750 milhões e R\$ 75 milhões, respectivamente.

**Fonte:** Elaboração própria, com base nas Leis nº 8.884/1994, nº 12.529/2011 e nº 10.149/2000, e na Portaria Interministerial nº 994/2012.

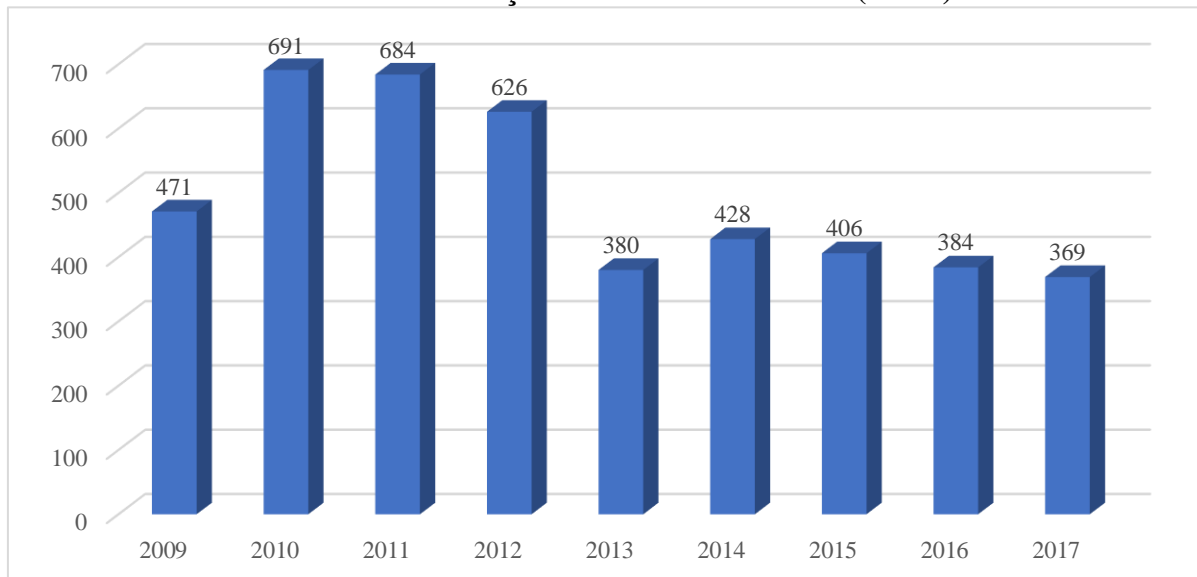
Como pode ser observado no Quadro 1, as mudanças promovidas pela Lei nº 12.529/2011 envolveram aspectos estruturais do SBDC e de organização e procedimentos nas instituições da área. O principal objetivo foi tornar o sistema mais ágil e focado em problemas potenciais ou reais de competição, aproximando-o das práticas mais exitosas observadas na experiência internacional.

## 6 O SBDC A PARTIR DA LEI Nº 12.529/2011

Nesta seção são apresentados dados referentes à evolução do SBDC a partir do início da vigência da Lei nº 12.529/2011. Para que a interpretação dos dados não seja distorcida, deve-se destacar que, cumprindo a *vacatio legis*, de 180 dias, a referida lei só entrou em vigor em 29 de maio de 2012. Os dados são predominantemente referentes ao período 2009-2017.

Entre os dados que apresentaram diferenças mais significativas nos períodos anterior e posterior à vigência da lei estão os relacionados à quantidade de atos de concentração notificados ao CADE, como pode ser observado no Gráfico 1:

**Gráfico 1: Atos de Concentração notificados ao CADE (anual) – 2009/2017**

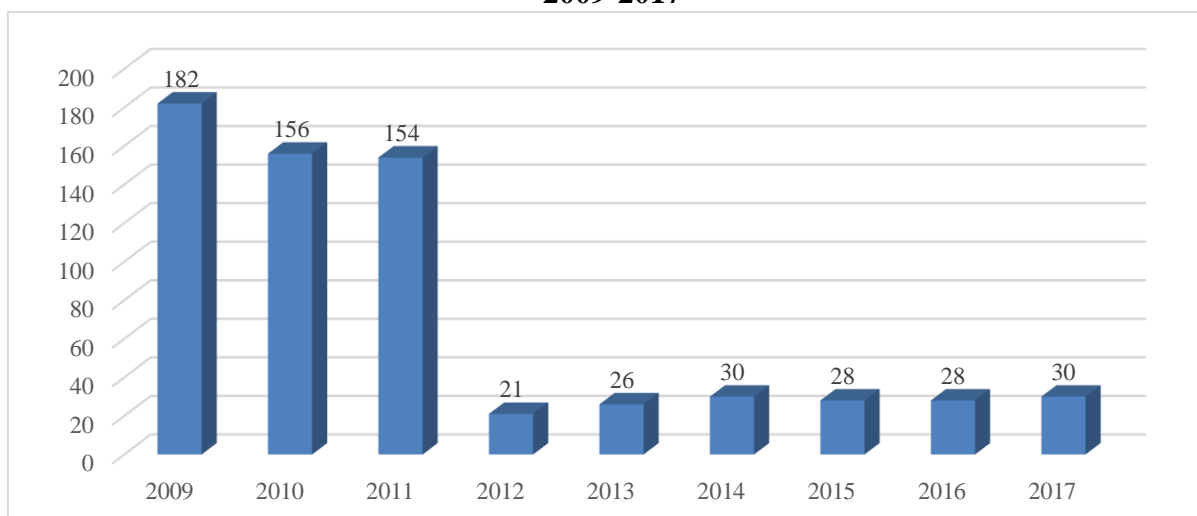


Fonte: CADE (2016); CADE (2017), CADE (2018).

Esta redução do número de atos de concentração notificados ao CADE se deve, principalmente, à já citada Portaria Interministerial nº 994/2012, que elevou o valor dos faturamentos brutos anuais necessários para o enquadramento das empresas nas obrigações de submissão dos atos ao CADE. O menor número de processos proporcionou ao órgão maior agilidade e grau de empenho nos casos com maior potencial nocivo à concorrência.

Outro ganho de eficiência relevante observado com a Lei nº 12.529/2011 é no tempo médio de tramitação dos atos de concentração no CADE, como mostra o Gráfico 2.

**Gráfico 2 - Tempo médio de tramitação dos Atos de Concentração no CADE (anual): 2009-2017**



Fonte: CADE (2016); CADE (2017), CADE (2018).

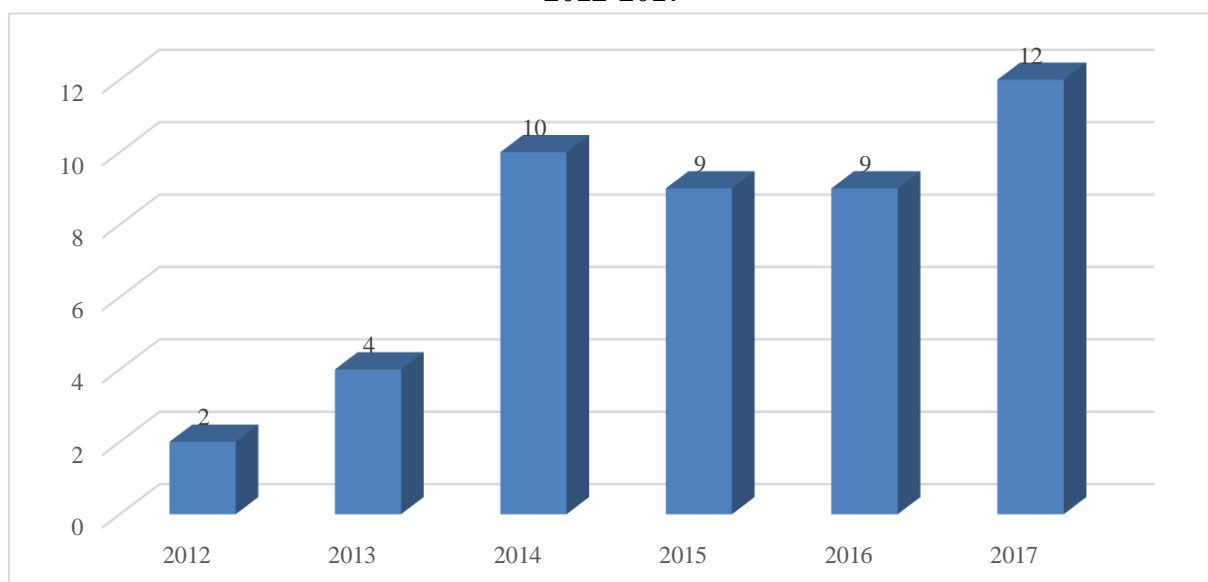
Conforme o Gráfico 2, o tempo médio de tramitação dos atos de concentração no CADE caiu de mais de cinco meses até 2011 para menos de um mês a partir de 2012, apresentando em

2017 uma média de 30 dias. A principal explicação para esta queda brusca é a transformação do sistema de análise dos atos para *ex-ante*, no qual é possível separar, em uma triagem, os atos destinados à julgamento em rito sumário (os casos de menor complexidade são decididos pela SG), daqueles que necessitam julgamento em rito ordinário, cujo processo é integralmente submetido ao Plenário do CADE (antes da Lei nº 12.529/2011, todos os processos apresentados eram encaminhados ao Plenário).

Cabe ressaltar ainda, neste contexto, a importância da simplificação da estrutura do SBDC para a agilidade das operações, concentrando as atividades no CADE, e até mesmo o maior incentivo que as empresas têm para apresentar informações ao CADE visando se enquadrar no julgamento em rito sumário.

O Gráfico 3, por sua vez, exibe o número de atos de concentração que foram impugnados pelo Tribunal Administrativo de Defesa Econômica a partir do início da vigência da Lei nº 12.529/2011. Os dados são referentes ao período 2012-2017.

**Gráfico 3 - Atos de Concentração impugnados ao Tribunal Administrativo (anual): 2012-2017**



Fonte: CADE (2017), CADE (2018).

O maior número de impugnações de atos de concentração por parte do CADE a partir de 2014, como pode ser observado no Gráfico 3, mostra um maior poder de intervenção da instituição nessas operações, que pode ser derivado do próprio fortalecimento institucional, com a centralização de atividades ou mesmo das melhores condições de empenho do órgão em casos potencialmente mais nocivos à concorrência, dado o processo de triagem implantado.

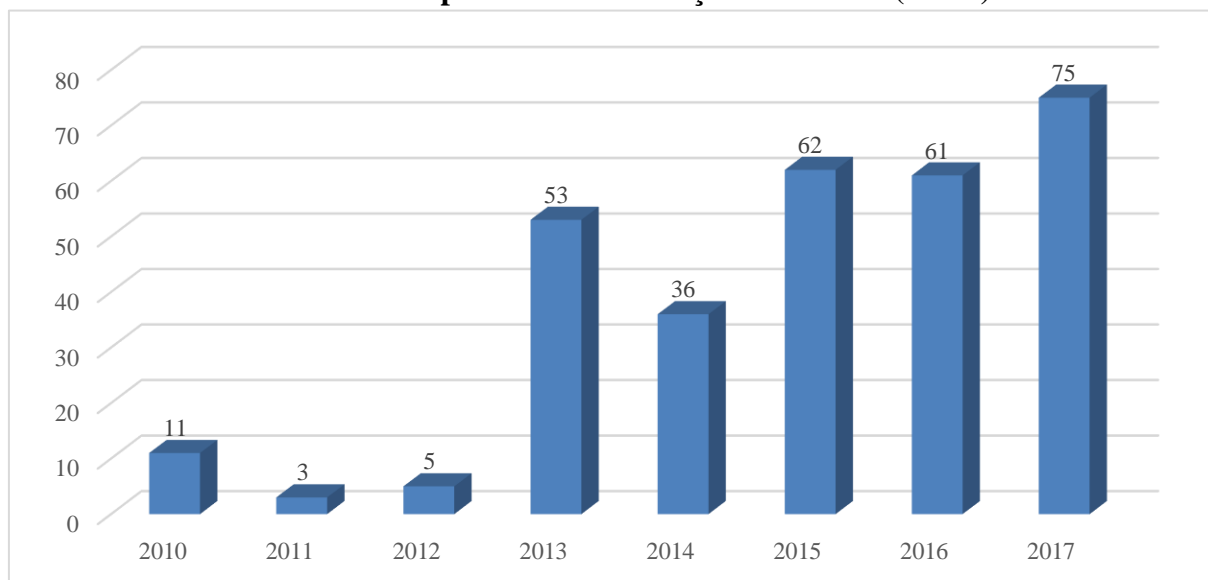
Dentro dos processos de práticas anticompetitivas, por sua vez, um mecanismo que vem sendo amplamente utilizado pelo CADE nos últimos anos é o chamado Termo de Compromisso de Cessação de Práticas (TCC). Este mecanismo consiste na celebração de acordos entre as empresas e/ou pessoas físicas envolvidas em um determinado ilícito concorrencial e o CADE. O acordo suspende as investigações do caso de cartel pelo CADE perante ao Compromissário do Termo, sendo que as averiguações não são retomadas enquanto os agentes envolvidos não quebrarem nenhuma das medidas propostas no acordo. Isto resulta em benefício aos envolvidos desde que esses cessem sua prática ilícita.

Outro requisito para que os envolvidos possam assinar o TCC é que os mesmos contribuam com a instrução processual, de forma que os primeiros que se propuserem a firmar acordo com a autarquia recebem benefícios maiores, tal como a redução percentual mais

significativa de suas multas (para se enquadrar no TCC, o signatário do termo deve reconhecer sua culpa no ilícito).

O Gráfico 4 mostra o crescimento significativo do número de TCCs firmados a partir de 2013 no SBDC, após alterações feitas no mecanismo pelo CADE. Os dados são referentes ao período 2010-2017.

**Gráfico 4 - Termo de Compromisso de Cessação de Prática (anual): 2010-2017**



Fonte: CADE (2017), CADE (2018).

As mudanças realizadas nos TCCs pelo CADE estão contidas na Resolução nº 5/2013. Entre essas, está a possibilidade de negociação do Termo diretamente com a Superintendência Geral. Essa medida acaba por conferir mais eficiência ao caso, já que a SG é responsável por instaurar o processo que posteriormente (em caso de rito ordinário) será entregue ao Tribunal Administrativo do órgão.

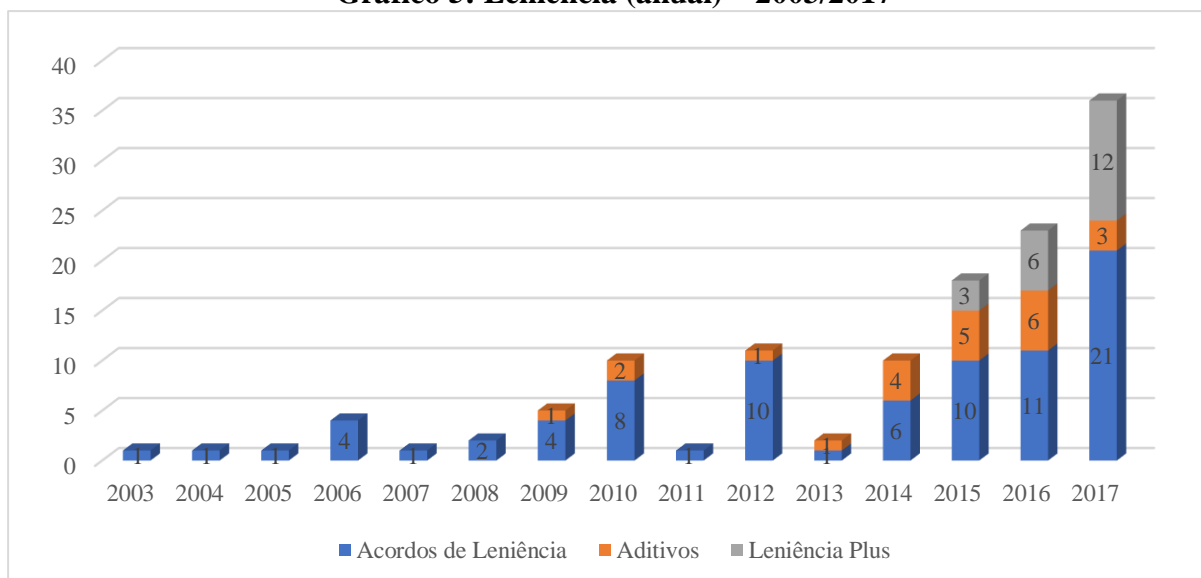
Entretanto, o TCC confere ao interessado apenas benefícios na esfera administrativa, não sendo relevante para possíveis sanções na seara criminal. Ainda assim, caso seja de interesse o envolvido poderá solicitar paralelamente um acordo junto ao Ministério Público Federal e a Polícia Federal, contando com a interlocução da SG.

Outra ferramenta que vem sendo muito usada nos últimos anos no SBDC são os Acordos de Leniência. Criado pela Lei nº 10.149/2000, este mecanismo, diferentemente do TCC, permite que o envolvido em ilícito concorrencial possa, por meio de um acordo de colaboração, obter benefício tanto na esfera administrativa, quanto na esfera criminal. Para poder realizar o acordo, entretanto, o envolvido precisa ser o primeiro agente a relatar o caso ao CADE.

O art. 86 da Lei nº 12.529/2011 prevê que o signatário do Acordo de Leniência que contribuir para a investigação, com a identificação dos demais envolvidos, receberá como benefício a redução de sua pena administrativa de 1/3 a 2/3, ou ainda a extinção dessa. Além disso, no art. 87 são apresentados crimes relativos à ordem econômica e os possíveis benefícios que podem ser atribuídos ao signatário do acordo, conforme esses crimes. Também neste caso o envolvido deve reconhecer a sua participação no crime.

Apesar de o Programa de Leniência do CADE ter sido instituído em 2000, o primeiro acordo foi assinado somente em 2003. Nos últimos anos, no entanto, com a reforma no SBDC, os acordos têm sido mais comuns, como pode ser observado no Gráfico 5.

**Gráfico 5: Leniência (anual) – 2003/2017**

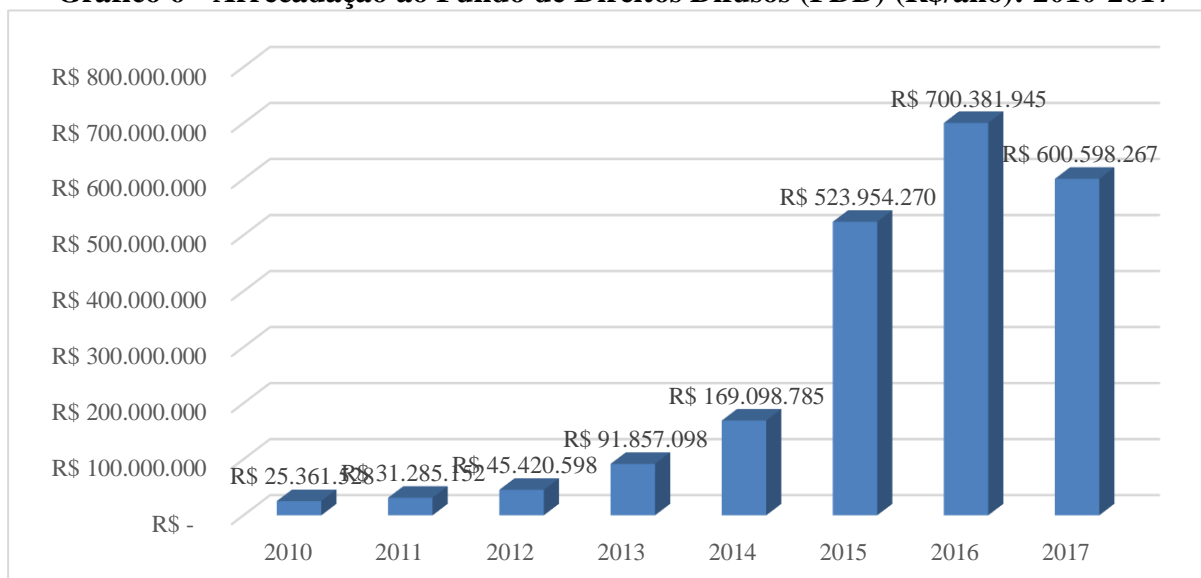


Fonte: CADE (2017), CADE (2018).

Como mostra o Gráfico 5, o Programa de Leniência do CADE conta também como uma variação de acordo chamada de *Leniência Plus*, que se constitui na colaboração, por um agente já investigado em determinada infração, em um outro ilícito concorrencial do qual a SG não tenha conhecimento.

Com a assinatura dos TCCs e dos Acordos de Leniência, o CADE passou também a arrecadar mais fundos (obtidos anteriormente apenas por meio da atuação voltada para a abertura de Processos Administrativos). Esta evolução na arrecadação pode ser observada no Gráfico 6, que apresenta o montante arrecadado pela autarquia e enviado ao Fundo de Direitos Difusos (FDD) (no qual ficam depositados os valores recebidos pela autarquia provenientes da imposição de multas aos envolvidos em casos de ilícito concorrencial).

**Gráfico 6 - Arrecadação ao Fundo de Direitos Difusos (FDD) (R\$/ano): 2010-2017**



Fonte: CADE (2017), CADE (2018).

Conforme mostra o Gráfico 6, a arrecadação ao FDD cresceu mais de quinze vezes entre 2012 (início da vigência da Lei nº 12.529/2011) e 2016, apresentando uma ligeira redução no ano de 2017.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei nº 12.529/2011 promoveu profundas mudanças estruturais e de procedimentos nas instituições do SBDC. No âmbito estrutural, o sistema ficou mais simples, com a extinção da SDE e uma centralização das atividades no CADE. Em termos de procedimentos institucionais, a maior ênfase foi dada à agilidade nos processos para casos potencialmente mais graves.

Passados alguns anos do início dessas mudanças, é possível verificar alguns importantes desenvolvimentos práticos do sistema. O primeiro deles é a redução significativa do número de processos e, principalmente, do tempo para a análise de atos de concentração. Estes resultados são muito relevantes na defesa da concorrência por conta da dinâmica de muitos mercados, além da economia dos recursos envolvidos e de possibilitar maiores esforços em processos potencialmente mais danosos à concorrência.

Em segundo lugar, em termos de práticas anticompetitivas, a adoção mais frequente de instrumentos como o TCC e os Acordos de Leniência, que não foram criados pela Lei nº 12.529/2011, mas passaram a ter um ambiente mais propício de aplicação com as reformas promovidas pela lei, vem contribuindo de maneira importante para a comprovação e cessação dessa práticas.

Enfim, os primeiros resultados do SBDC a partir das mudanças promovidas pela Lei nº 12.529/2011 são bem significativos. No entanto, algumas práticas que começaram a ser adotadas nesses últimos anos, como a possível participação do CADE na análise de atos de concentração não contemplados pelas exigências básicas da Lei e os acordos de TCC e Leniência, precisam de ajustes naturais (por meio das observações dos resultados dos próprios casos), uma vez que tratam de temas novos e controversos não só para a área de defesa da concorrência brasileira, mas para toda a justiça do país.

## REFERÊNCIAS

BAIN, J. **Barriers to new competition**: their character and consequences in manufacturing industries. Harvard University Press, 1956.

BARNEY, J. Firm resources and sustained competitive advantage. **Journal of Management**, v. 7, n. 1, p. 99-120, 1991.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 02 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Promulgada em 24 de janeiro de 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm)>. Acesso em: 27 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) >. Acesso em: 22 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937**. Promulgada em 10 de novembro de 1937. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm) >. Acesso em: 02 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Promulgada em 18 de setembro de 1946. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm) >. Acesso em: 24 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto 99.244/90 – Dispõe sobre a reorganização e o funcionamento dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, 1990a. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D99244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D99244.htm) >. Acesso em: 30 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei 869/38 – Define os crimes contra a economia popular, sua guarda e seu emprego. **Portal da Legislação**, Brasília, 1938. Disponível em: < <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=524362&id=14407358&idBinario=15616489&mime=application/rtf> >. Acesso em: 02 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei 7.666/45 – Dispõe sobre os atos contrários à ordem moral e econômica. **Portal da Legislação**, Brasília, 1945. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del7666.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del7666.htm) >. Acesso em: 02 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei 7.666/45 – Dispõe sobre os atos contrários à ordem moral e econômica. **Portal da Legislação**, Brasília, 1945. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del7666.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del7666.htm) >. Acesso em: 02 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei 1.521/51 – Altera dispositivos da legislação sobre crimes contra a economia popular. **Portal da Legislação**, Brasília, 1951. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L1521.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1521.htm) >. Acesso em: 25 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei 1.522/51 – Autoriza o Governo Federal a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo. **Portal da Legislação**, Brasília, 1951. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L1521.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1521.htm) >. Acesso em: 25 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei 4.137/62 – Dispõe sobre a regulação e repressão ao abuso do poder econômico. **Portal da Legislação**, Brasília, 1962. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4137.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4137.htm) >. Acesso em: 25 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei 8.137/90 – Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, 1990b. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8137.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8137.htm) >. Acesso em: 27 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei 8.158/91 – Institui normas para a defesa da concorrência e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, 1991. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8158.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8158.htm) >. Acesso em: 27 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei 8.884/94 – Dispõe da Transformação o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, 1994. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8884.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8884.htm) >. Acesso em: 03 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei 10.149/2000 – Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, e dá outras

providências. **Portal da Legislação**, Brasília, 2000. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10149.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10149.htm) >. Acesso em: 01 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei 12.529/2011 - Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, 2011. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/Lei/L12529.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12529.htm) >. Acesso em: 03 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória 813/95 - Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, 1995. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/Antigas/813.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/813.htm) >. Acesso em: 29 ago. 2017. CADE. **Balanco 4 Anos da Lei 12.529/2011**. Brasília: Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, 2016. Disponível em: < <http://www.cade.gov.br/servicos/imprensa/balancos-e-apresentacoes/balanco-4-anos-nova-lei-1.pdf> >. Acesso em: 08 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Balanco CADE 2016**. Brasília: Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, 2017. Disponível em: < <http://www.cade.gov.br/servicos/imprensa/balancos-e-apresentacoes/apresentacao-balanco-2016.pdf/view> >. Acesso em: 08 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Balanco CADE 2017**. Brasília: Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, 2018. Disponível em: < <http://www.cade.gov.br/servicos/imprensa/balancos-e-apresentacoes/apresentacao-balanco-2017.pdf/view> >. Acesso em: 20 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **CADE apresenta Peer Review no Fórum Global de Concorrência da OCDE**. Apresenta informações acerca do Fórum Global de Concorrência da OCDE, 2010. Disponível em: < <http://www.cade.gov.br/noticias/antigas/cade-apresenta-peer-review-no-forum-global-de-concorrenca-da-ocde> >. Acesso em: 10 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Defesa da Concorrência no Brasil: 50 anos**. Brasília: Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, 2013. Disponível em: < [http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/publicacoes-institucionais/cade\\_-\\_defesa\\_da\\_concorrenca\\_no\\_brasil\\_50\\_anos-1.pdf](http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/publicacoes-institucionais/cade_-_defesa_da_concorrenca_no_brasil_50_anos-1.pdf) >. Acesso em: 02 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Departamento de Estudos Econômicos**. Apresenta o conceito e as competências do DEE. Disponível em: < [http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/departamento\\_de\\_estudos\\_economicos](http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/departamento_de_estudos_economicos) >. Acesso em: 28 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Guia de Programa de Leniência Antitruste do CADE**. Brasília: 2016. Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, 2016. Disponível em: < [http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/publicacoes-institucionais/guias\\_do\\_Cade/guia\\_programa-de-leniencia-do-cade-final.pdf](http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/publicacoes-institucionais/guias_do_Cade/guia_programa-de-leniencia-do-cade-final.pdf) >. Acesso em: 1 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Guia de Termo de Compromisso de Cessação para Casos de Cartel**. Brasília: 2016. Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, 2016. Disponível em: < [http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/publicacoes-institucionais/guias\\_do\\_Cade/guia-tcc-versao-final-1.pdf](http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/publicacoes-institucionais/guias_do_Cade/guia-tcc-versao-final-1.pdf) >. Acesso em: 1 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Portaria Interministerial 994/2012 – Altera o art. 88, I e II da Lei 12.529/2011, adequando os valores mínimos de faturamento bruto anual necessário para submissão de ato de concentração ao CADE. **Normas e Legislação**, Brasília, 2012. Disponível em: < <http://www.cade.gov.br/assuntos/normas-e-legislacao/portarias/portaria-994.pdf/view> >. Acesso em: 10 set. 2017

\_\_\_\_\_. Resolução 53/2009 – Dispõe sobre a criação do Departamento de Estudos Econômicos e dá outras providências. **Normas e Legislação**, Brasília, 2009. Disponível em:

<<http://www.cade.gov.br/assuntos/normas-e-legislacao/resolucao/resolucao-no-53.pdf>>.  
Acesso em: 10 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Resolução 5/2013 – Aprova a Emenda Regimental n. 01/2013, que altera a seção referente ao Compromisso de Cessação, e renumera os dispositivos regimentais das seções subsequentes. **Normas e Legislação**, Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.cade.gov.br/assuntos/normas-e-legislacao/resolucao/resolucao-5\\_2013.pdf/view](http://www.cade.gov.br/assuntos/normas-e-legislacao/resolucao/resolucao-5_2013.pdf/view)>. Acesso em: 12 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Superintendência Geral**. Apresenta a estrutura e as competências da SG. Disponível em: < [http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/superintendencia\\_geral](http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/superintendencia_geral) >. Acesso em: 28 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Tribunal Administrativo de Defesa Econômica**. Apresenta a estrutura e as competências do Tribunal Administrativo de Defesa da Concorrência. Disponível em: < [http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/Tribunal\\_administrativo/capa-interna](http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/Tribunal_administrativo/capa-interna) >. Acesso em: 28 dez. 2016.

CHANDLER, A. **Strategy and structure: chapters in the history of the american industrial enterprise**. The MIT Press, 1962.

COASE, R. The nature of the firm. **Economica**, New Series, v. 4, n. 16, p. 386-405, 1937.

DOSI, G. Technological paradigms and technological trajectories: a suggested interpretation of the determinants and directions of technical change. **Research Policy**, v. 11, ed. 3, p. 147-162, 1982.

DIERICKX, I. COOL, K. Asset stock accumulation and sustainability of competitive advantage. **Management Science**, v. 33, n. 12, dez./1989.

FORGIONI, P. A. **Os Fundamentos do Antitruste**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1998.

FREEMAN, C. **The economics of industrial innovation**, 2. ed. London: Frances Pinter, 1982.

MARSHALL, A. **Princípios da Economia**: tratado introdutório. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

NELSON, R. WINTER, S. **An evolutionary theory of economic change**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1982.

PENROSE, E. **The theory of the growth of the firm**. Oxford: Basil Blackwell, 1959.

POSSAS, M. L. Concorrência Schumpeteriana. In: \_\_\_\_\_. **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

RUMELT, R. Towards a strategic theory of the firm. In: LAMB, R. (Ed.). **Competitive Strategic Management**, Prentice-Hall, Englewood Clieffs (NJ), 1984.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Tradução de Maria Silvia Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**: uma investigação sobre a natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Vol. I e II.

SYLOS-LABINI, P. **Oligopólio e progresso técnico**. São Paulo, Ed. Forense, 1956.

WERNERFELT, B. A Resource-Based View of the firm. **Strategic Management Journal**, v. 5, n. 2, (apr.-jun.), p. 171-180, 1984.

WILLIAMSON, O. **Markets and hierarchies, analysis and antitrust implications: a study in the economics of internal organization**. New York: Free Press, 1975.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. Los Angeles, CA: Sage, 2014.